

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 /

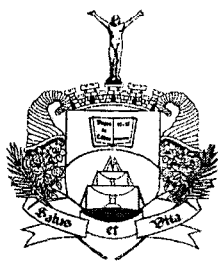
“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Eloísio do Carmo Lourenço, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e Lei Orgânica Municipal, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- III - disposições relativas à dívida e o endividamento público municipal;
- IV - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- V - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VI - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VII - critérios e formas de limitação de empenho;
- VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- IX - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- X - estrutura e organização dos orçamentos;
- XI - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- XII - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XIII - definição de critérios para início de novos projetos;
- XIV - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XV - incentivo à participação popular;
- XVI - disposições gerais.

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, são aquelas enumeradas no Anexo I desta lei complementar.

§ 1º. O projeto da lei orçamentária para o exercício de 2015 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º. As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, definidas no Plano Plurianual de Governo, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

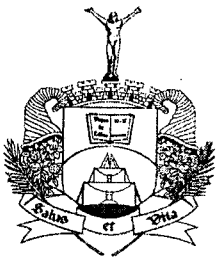
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Para efeito desta lei complementar, entende-se por:

- I - programa: instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

da ação de governo;

IV - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um programa.

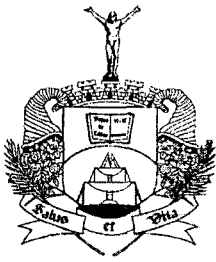
§ 4º. As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Art. 4º. O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa conforme discriminados a seguir:

- I - pessoal e encargos sociais – 1;
- II - juros e encargos da dívida – 2;
- III - outras despesas correntes – 3;
- IV - investimentos – 4;
- V - inversões financeiras, incluídas em quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresa – 5;
- VI - amortização da dívida – 6.

Art. 5º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo as autarquias e fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no sistema de contabilidade central do Município.

§ 1º. As metas físicas serão indicadas seguindo os respectivos projetos e atividades e constarão dos demonstrativos das despesas do



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. O orçamento anual compreenderá, obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas aos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo as autarquias e fundações, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

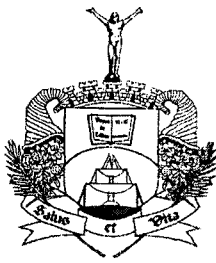
§ 3º. Os valores de receitas e despesas, expressos em moeda corrente, deverão observar as normas técnicas e legais e considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e ser acompanhados de demonstrativos de sua evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes.

§ 4º. A empresa pública Águas Minerais Poços de Caldas Ltda, integrará o orçamento fiscal da autarquia Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

Art. 6º. Nos termos desta lei complementar e atendida a legislação específica, o projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - orçamento fiscal, compreendidos os orçamentos dos fundos, das autarquias e das fundações públicas;
- IV - documentos referenciados no art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 22, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320/64;
- V - demonstrativo da aplicação de recursos com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- VI - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- VII - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei complementar;
- VIII - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei complementar.

§ 1º. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes documentos:



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

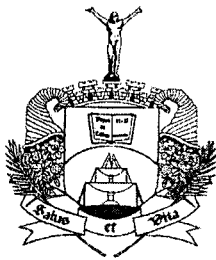
- I - demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- II - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III - demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- IV - demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
- V - demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, provenientes do SUS – Sistema Único de Saúde;
- VI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º. Os planos de aplicação dos recursos dos fundos especiais, de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo, deverão observar:

- I - a aplicação limitada por sua lei instituidora;
- II - o disposto no art. 46 desta lei complementar;
- III - a descrição de cada aplicação prevista para o próximo exercício, com seus respectivos valores.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas com valores correntes do exercício de 2014, projetados para o exercício de 2015.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis, que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei complementar.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão à Diretoria de Orçamento e Programação da Secretaria Municipal de Fazenda, até 10 de agosto de 2014, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculos, assim como suas propostas orçamentárias, para fins da consolidação da receita municipal e composição do projeto de lei orçamentária; caso contrário, serão mantidos os mesmos programas de trabalhos previstos no exercício financeiro de 2014.

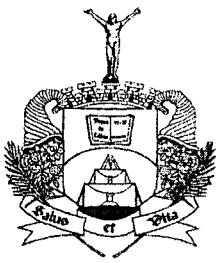
Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará no órgão responsável pelo débito as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no Art. 100 da Constituição Federal, atendidas as exigências contidas em convênio celebrado com a CEPREC – Central de Conciliações – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 12. Até trinta dias após a publicação do orçamento anual, o Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecida nesta lei complementar.

Art. 13. No prazo previsto no artigo 12 desta lei complementar, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida interna ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Art. 14. Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 as dotações relativas às operações de crédito contratadas até 31 de agosto de 2014, instruídas com cópias dos contratos e cronograma de desembolso.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

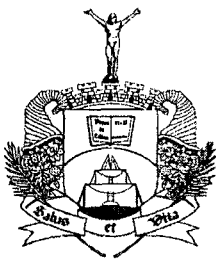
Art. 15. O orçamento de investimento previsto no art. 165, § 5º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento, devidamente codificadas, de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I - gerados pela empresa;
- II - oriundos de transferências do Município;
- III - oriundos de operações de crédito internas e externas;
- IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

§ 2º. Integrarão o orçamento de investimentos das empresas públicas:

- I - quadro demonstrativo da despesa a ser executada por programa;
- II - quadro demonstrativo do investimento por função e subfunção;
- III - quadro demonstrativo do financiamento de investimentos por natureza;
- IV - detalhamento das fontes de investimento devidamente codificadas de cada entidade, evidenciando os recursos:
 - a) gerados pela empresa;
 - b) oriundos de transferências;
 - c) oriundos de operações de crédito internas e externas;
 - d) outras origens, não compreendidas nas alíneas anteriores;
- V - quadro demonstrativo da distribuição geográfica dos investimentos;
- VI - quadros demonstrativos dos empréstimos concedidos e recebidos.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

§ 3º. O detalhamento dos projetos de investimento, devidamente codificados, de cada entidade referida neste artigo, também será feito de forma a evidenciar os recursos da(s) empresa(s).

Seção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 16. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, controlar o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 17. Na lei orçamentária para o exercício de 2015, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

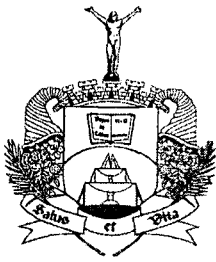
Art. 18. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 19. Por lei específica, poderá ser autorizada a consolidação e o refinanciamento de dívida pública, desde que demonstrado o não comprometimento do cumprimento das metas fixadas por esta lei complementar.

Seção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 20. A lei orçamentária poderá conter dotação para reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a, no máximo, 0,2% (dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2015, destinada ao atendimento de passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

CAPÍTULO III DA DESPESA, DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Seção I

Das Disposições Sobre Despesa

Art. 21. Na definição das despesas municipais, serão consideradas aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando-se em conta:

- I - a carga de trabalho estimada para o exercício financeiro de 2015;
- II - os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade das despesas;
- III - a receita de serviços quando estes forem remunerados;
- IV - a projeção de despesas com o pessoal do serviço público municipal, com base no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Direta de ambos os Poderes e dos agentes políticos;
- V - a importância das obras para a população;
- VI - patrimônio do Município, suas dívidas e encargos.

Art. 22. Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

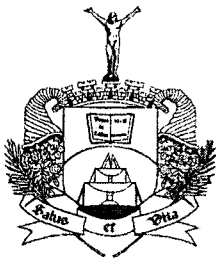
Seção II

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 23. Nos termos do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Administração Municipal manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º. O Poder Executivo implantará o SIC – Sistema de Informações de Custos, visando a manutenção de um controle de despesas e a avaliação do resultado dos programas de governo, além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei complementar e, ainda:

- I - organizar e disciplinar os sistemas de planejamento e de orçamento, administração financeira, contabilidade e controle interno municipal;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- II - subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público;
- III - verificar espaços para a melhoria de serviços destinados à população, bem como proporcionar instrumentos de análise para a eficácia, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso de recursos públicos.

§ 2º. A alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá a redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 4º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. Para efeito de implantação do SIC – Sistema de Informações de Custos conforme disposto no § 1º, ficam estabelecidas como se aqui estivessem transcritas, as disposições contidas na Lei Federal n. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que *“Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*.

Art. 24. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizados as concessões de vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais normas legais pertinentes.

§ 1º. Além de observar as normas do *caput* no exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

§ 3º. A lei orçamentária consignará recursos necessários para atender às despesas decorrentes da implantação, revisão e atualização dos planos de carreira do servidor municipal da Administração Direta e Indireta, e mudanças provenientes da modernização da estrutura administrativa, previstas em lei específica, aprovada pelo Legislativo.

Art. 25. Nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 1º. Fica estabelecido o mês de janeiro de 2015 como base para revisão geral dos subsídios dos agentes políticos e da remuneração dos servidores públicos municipais, inclusive inativos e pensionistas, em percentual definido em leis específicas, as quais indicarão os índices a serem adotados, observada a iniciativa privativa de cada caso.

§ 2º. Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão até 31 de julho de 2015, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos, conforme disposto no art. 39, § 6º, da Constituição da República.

§ 3º. Aplica-se o disposto no § 2º deste artigo, às autarquias e fundações públicas.

Art. 26. Observadas as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e o disposto na Emenda Constitucional nº 25/2000, os Poderes Legislativo e Executivo poderão proceder modificações em seu quadro de pessoal, necessário ao desenvolvimento de suas atribuições, elaborando e encaminhando à aprovação projetos de leis ou resoluções que:

- I - visem à concessão de benefício ou vantagem pecuniária; o aumento de remuneração, bem como a sua reorganização administrativa, inclusive a criação ou extinção de cargos públicos e a criação, extinção e alteração de estrutura de carreiras;
- II - instituam ou alterem o plano de cargos e salários de seus servidores;
- III - promovam a reestruturação de seu quadro de pessoal;
- IV - criem ou extingam cargos e funções, independentemente da reorganização administrativa;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

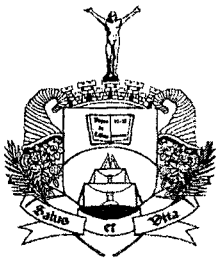
SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- V - visem o aumento ou criação de vantagem, bem como a reorganização de suas unidades administrativas e dos gabinetes dos Poderes Legislativo e Executivo.

Parágrafo único. Constituem prioridades para os Poderes Legislativo e Executivo local imóveis de interesse da Administração Municipal; adquirir imóvel, equipar, manter, ampliar, reformar ou construir prédio para a sua sede, incluindo a contratação de estudos prévios e projetos, de acordo com suas necessidades e planejamento específico do setor, além de desenvolver ações, programas e projetos destinados a:

- I - orientar os ocupantes de cargos, sejam eles eletivos ou comissionados de amplo ou restrito provimento sobre as atribuições e funcionamento do Poder Executivo e Legislativo;
- II - oferecer capacitação profissional permanente aos servidores do Poder Legislativo e Executivo, podendo, inclusive, estender essa capacitação aos demais servidores do Município;
- III - garantir o desenvolvimento de ações de educação para a cidadania e de formação política para a sociedade, visando promover uma maior compreensão dos Poderes Legislativo e Executivo e das suas práticas políticas e legislativas;
- IV - planejar e organizar publicações que contribuam para a educação política e de cidadania, em linguagem simplificada para facilitar o acesso da população às normas e informações importantes relativas ao Município;
- V - investir na modernização dos sistemas de comunicação, informação, arquivo e apoio às atividades parlamentares, executivas, legislativas e administrativas;
- VI - investir na instalação de atividades destinadas à prestação de serviços à comunidade, mantendo e ampliando as atividades da Escola do Legislativo, bem como desenvolvendo projetos que visem à promoção da excelência no Atendimento ao Cidadão;
- VII - investir na modernização do sistema de tecnologias de informação, comunicação, arquivo e atualização patrimonial.

Art. 27. Observado o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição de 1988 e de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n. 25/2000, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na legislação municipal vigente, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2015:



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- I - a instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração de pessoal;
- II - a criação de cargos, a adaptação, implementação e revisão de planos de carreira e seus respectivos movimentos;
- III - o sistema de mapeamento de competências, crescimento horizontal e crescimento vertical;
- IV - transição de área de atuação e atividade;
- V - os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável e mobilidade nos limites legais vigentes;
- VI - a admissão de pessoal, nos termos da lei, pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional;
- VII - a criação e implantação do regime previdenciário próprio.

Seção III

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 28. Se durante o exercício de 2015 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, decorrente de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

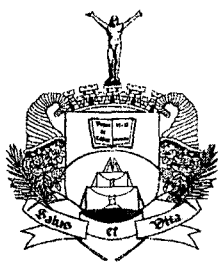
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, será de exclusiva competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, e no âmbito do Poder Legislativo, do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 29. As receitas municipais serão programadas prioritariamente para atender:

- I - ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;
- II - ao pagamento de sentenças judiciais em cumprimento ao que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- III - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;
- IV - à manutenção da atividade administrativa operacional;
- V - à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI - à manutenção dos programas de saúde;
- VII - às contrapartidas de programas pactuadas em convênios.

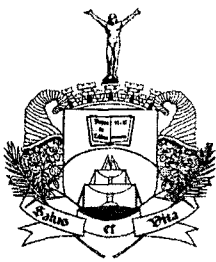
Parágrafo único. Incluem-se ao disposto no inciso VI do *caput* deste artigo, o produto das compensações financeiras a que faz jus o Município, nos termos da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que *"Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências"*, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, e suas modificações posteriores.

Art. 30. Constituem receitas do Município as provenientes de:

- I - tributos e tarifas de sua competência;
- II - atividades econômicas que, por conveniência, possam vir a ser executadas pelo Município;
- III - transferências ocorridas por força de mandado constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas;
- IV - empréstimos e financiamentos com prazo superior ao exercício e vinculados às obras e serviços públicos;
- V - empréstimos por antecipação de receita orçamentária;
- VI - receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades, autarquias ou fundos da administração municipal.

Art. 31. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - aperfeiçoamento dos processos tributário administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 32. A estimativa da receita de que trata o art. 31 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I - atualização da Planta Genérica de Valores do Município;
- II - revisão e atualização da legislação sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções;
- III - instituição de taxas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços específicos e divisíveis colocados à disposição da população;
- IV - revisão e atualização da legislação sobre a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- V - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- VI - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis - ITBI e de direitos reais sobre imóveis;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia administrativa;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais para manter o interesse público e a justiça fiscal, bem como minimizar situações de despesa com lançamentos e cobranças de valores irrisórios;
- IX - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;
- X - modernização dos procedimentos de administração tributária, especialmente quanto ao uso dos recursos de informática;
- XI - revisão de concessões.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

§ 1º. Os projetos de lei que objetivem modificações no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU deverão explicitar todas as alterações em relação à legislação atual de tal forma que seja possível calcular o impacto da medida no valor do tributo.

§ 2º. Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser adotadas as medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município.

§ 3º. Os projetos de lei que tenham por finalidade instituir ou aumentar tributos ou, ainda, conceder anistia, remissão, isenção ou qualquer outro tipo de benefício de natureza tributária, deverão ser encaminhados à deliberação do Poder Legislativo com antecedência mínima de noventa dias do encerramento da sessão legislativa, nos termos do art. 152 da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 41, de 08 de novembro de 2000.

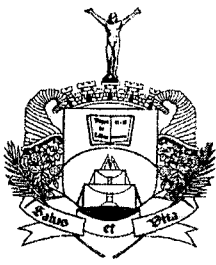
Art. 33. O Poder Executivo poderá conceder, mediante lei específica, desconto de 5% (cinco por cento) até 13% (treze por cento) para pagamento total à vista do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, relativo ao exercício de 2015.

Art. 34. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 35. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 36. Na programação de prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridos no exercício financeiro de 2015, serão observados:

- I - comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira, os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos;
- II - os novos serão viabilizados se:
 - a) comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira;
 - b) não implicarem anulação de dotações destinadas a obra já iniciada, em execução ou paralisada;
 - c) estiverem contidos no Plano Plurianual, acrescidos daqueles previstos e não cumpridos no orçamento do Município para 2014.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Art. 37. O Poder Executivo ficará obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

CAPÍTULO V DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 38. A elaboração, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta lei complementar.

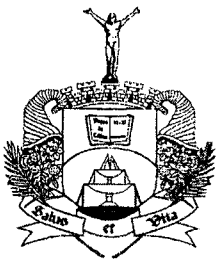
Art. 39. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2015 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2016 a 2017, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

§ 1º. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º. Os demonstrativos, cálculos e declarações a que se referem os artigos 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, farão parte integrante das normas sob a forma de Anexo, obedecidas as disposições contidas no Capítulo IX desta lei complementar.

Art. 40. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I - para elevação das receitas:
 - a) implementação das medidas previstas nos arts. 31 e 32 desta lei complementar;
 - b) atualização do cadastro imobiliário, através de recadastramento das unidades imobiliárias;
 - c) convocação geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

II - para a redução das despesas, a efetiva implantação do Sistema de Informações de Custos – SIC, na forma do § 5º do Art. 23 desta lei complementar.

Art. 41. Visando o equilíbrio entre receitas e despesas, o Poder Executivo implantará novos procedimentos e novas metodologias, observado o Art. 23 desta lei complementar.

Seção I

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 42. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, por ato próprio e nos montantes necessários, procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. Se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

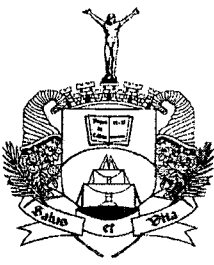
Seção II

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 43. Nos termos do § 3º do Art. 50 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo implantará Sistema de Informações de Custos, na forma do Art. 23 desta lei complementar.

Art. 44. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2015 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

CAPÍTULO VI

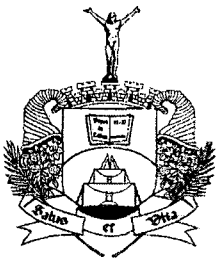
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 45. É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios e subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, devidamente declaradas de utilidade pública e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar, das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental ou voltadas para ações de proteção ao meio ambiente e resgate social;
- II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;
- III - consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

§ 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por:

- I - Auxílio: a transferência financeira para consecução de programa de investimentos patrimoniais, definida nos §§ 4º e 5º e incisos do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/64;
- II - Subvenção: a transferência financeira para atender a manutenção e cobrir despesas de custeio das atividades definidas no § 3º e incisos do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/64, distinguindo-se como:



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- a) subvenções sociais: as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública;
- b) subvenções econômicas: as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 2º. Aplica-se o disposto neste artigo às parcerias e convênios celebrados por órgãos da Administração Indireta.

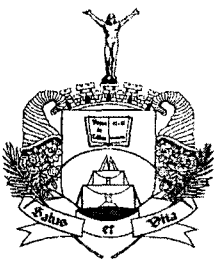
Art. 46. O orçamento municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a título de subvenções sociais, a serem executados por entidades de direito privado mediante convênio, desde que de interesse público e que tenham as entidades demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados e que preencham as condições estipuladas em lei.

Parágrafo único. Até a edição da lei a que se refere o caput deste artigo, as entidades privadas que recebam subvenções econômicas através de convênios, bem como os órgãos de controle do Poder Executivo, deverão cumprir as seguintes exigências:

- I - quando da apresentação das respectivas prestações de contas, as entidades deverão demonstrar, através de relatório circunstanciado, o cumprimento dos objetivos estabelecidos no convênio;
- II - quando da análise das prestações de contas, a Secretaria de Controle Interno deverá emitir certidão, atestando o padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos do convênio.

Art. 47. É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “subvenções econômicas” ou “transferências de capital” para entidades privadas, ressalvadas as que forem destinadas aos programas de desenvolvimento industrial, associações ou cooperativas com finalidade de enquadramento social e incentivo ao mercado de trabalho, instituídas por lei específica no âmbito do Município.

Art. 48. Mediante prévia autorização legislativa, poderão ser concedidos auxílios e subvenções sociais e econômicas às entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que prestem serviços essenciais e complementares da atividade pública, de assistência social, médica, educacional e de atividades culturais, desportivas ou turísticas para a realização de eventos no Município de interesse público relevante.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Parágrafo único. A existência de dotação na lei orçamentária anual, não elimina a necessidade da autorização legislativa específica a que se refere o caput deste artigo.

Art. 49. A execução das ações de que tratam os arts. 44 a 47 desta lei complementar fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º. As transferências de recursos do Município, a qualquer título, dependerão de convênio ou outro instrumento congênere e prestação de contas, observadas as disposições contidas nas Leis Federais n. 4.320/64 e 8.429/92, na Lei Complementar nº 101/2000, no art. 232 da Lei Orgânica Municipal e demais leis aplicáveis à espécie.

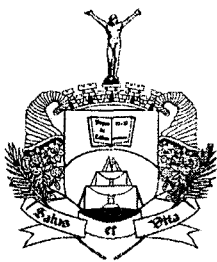
§ 2º. Preferencialmente à transferência de recurso em espécie, a Administração Municipal aprovará planos de trabalho que visem o fornecimento de bens e materiais à entidade conveniada.

§ 3º. A destinação de recursos a entidades privadas com ou sem fins lucrativos dependerá, ainda, do cumprimento das exigências e normas estabelecidas em lei municipal específica que defina, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 50. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos neste Capítulo, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, sem prejuízo do encaminhamento da necessária prestação de contas ao Poder Legislativo, na forma da lei.

Art. 51. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 45 a 49 deste Capítulo deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas, na elaboração de tais instrumentos e naquilo que couber, as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos casos em que a lei assim o exigir.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município, sem prejuízo da atuação do sistema integrado de controle interno da Administração.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo, as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

§ 4º. Nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, combinado com o art. 232 da Lei Orgânica do Município, as prestações de contas relativas às transferências de que tratam os artigos 46 a 49 desta lei complementar serão encaminhadas à Câmara Municipal, pela Secretaria de Controle Interno, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do respectivo convênio.

Art. 52. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvados os benefícios eventuais previstos no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.742 e as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, observadas as condições definidas na lei específica.

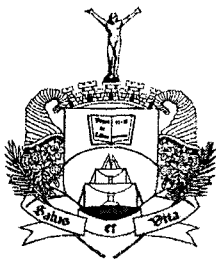
Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam à ajuda às pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Art. 53. A transferência de recursos financeiros da Administração Direta à Administração Indireta e ao Poder Legislativo fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

§ 1º. O aumento da transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, nos termos do Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 2º. As devoluções de recursos do Poder Legislativo dar-se-ão na forma estabelecida no Art. 54 desta lei complementar.

§ 3º. A transferência de recursos financeiros da Administração Indireta à Administração Direta, obedecerá à regulamentação da legislação pertinente, bem como as disposições contidas na Lei Orçamentária Anual e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas, sendo restrita à distribuição de dividendos.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Art. 54. Em decorrência do disposto no § 2º, incisos II e III, do art. 29-A da Constituição Federal, os recursos destinados ao Poder Legislativo serão entregues até o dia 20 de cada mês, na proporção de 1/12 (um doze avos) em relação ao total de seu orçamento.

Parágrafo único. Resguardados os compromissos financeiros da Câmara Municipal, as sobras de recursos do Poder Legislativo verificadas no 1º e 2º Semestres, à data que melhor convier ao Poder Legislativo, de acordo com as instruções do TCEMG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais poderão:

- I - ser devolvidas ao Poder Executivo;
- II - permanecer em caixa, viabilizando a compensação dos duodécimos dos primeiros meses do exercício;
- III - nos termos de lei específica, constituir parte do Fundo de Despesas da Câmara Municipal.

Seção Única

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de outros Entes da Federação

Art. 55. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e destinadas ao atendimento de situações de interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

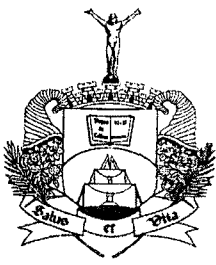
CAPÍTULO VII

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Seção I

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 56. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do Anexo I desta lei complementar, a lei



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

orçamentária de 2015 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta lei complementar;
- II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta lei complementar, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2015, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2014.

Seção II

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 57. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia, bem como de outros serviços e compras.

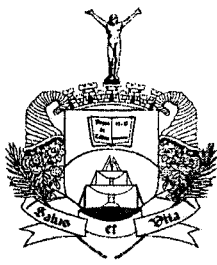
CAPÍTULO VIII

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 58. O projeto de lei orçamentária do Município relativo ao exercício financeiro de 2015 deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

§ 1º. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

§ 2º. Nos termos do disposto na Lei nº 7.804, de 11 de junho de 2003, combinado com o disposto na Lei nº 7.537, de 1 de dezembro de



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

2001, a administração municipal incentivará a participação popular, através de audiências públicas, no processo de elaboração da lei orçamentária.

§ 3º. A audiência pública a que se refere o § 2º deste artigo deverá ser convocada pelo Executivo Municipal no mínimo quinze dias antes do encaminhamento do projeto da lei orçamentária à análise e deliberação da Câmara Municipal.

§ 4º. A participação popular de que trata este artigo deverá ser demonstrada com cópia das atas das audiências públicas e das propostas apresentadas, apensadas aos respectivos projetos de leis.

Art. 59. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I - elaboração da proposta orçamentária de 2015, mediante regular processo de consulta;
- II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta lei complementar.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

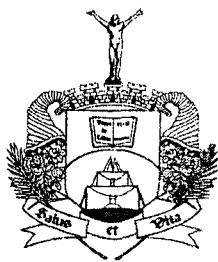
Art. 60. A abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares por decreto.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

§ 3º. As solicitações de créditos adicionais devem conter exposição circunstanciada que as justifique, indicando:

- I - a descrição da situação atual ou situação-problema, com as razões que deram origem à insuficiência de dotação orçamentária detectada;
- II - a variação dos parâmetros originalmente utilizados;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- III - os resultados esperados com a aplicação dos recursos solicitados e os indicadores que demonstrem seus efeitos na alteração do quadro descrito na situação-problema;
- IV - as consequências do não atendimento do pleito;
- V - as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução da programação prevista, inclusive quanto à eventual necessidade de aportes adicionais de recursos durante o exercício;
- VI - o efeito do atendimento da solicitação em relação ao nível do gasto fixo, indicando física e financeiramente o acréscimo;
- VII - a descrição pormenorizada "de como" e "em que" serão aplicados os recursos;
- VIII - no caso de despesa de capital, especificar detalhadamente as aquisições, indicando os custos unitários ou totais;
- IX - no caso de terceirização, indicar a natureza do serviço e o respectivo custo;
- X - as memórias de cálculos;
- XI - os reflexos ou alterações no Plano Plurianual em vigor, quando for o caso.

§ 4º. Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às solicitações de alterações de fontes de recursos, de identificadores de uso e de identificadores de operações de crédito.

§ 5º. Cabe à Diretoria de Orçamento e Programação ou ao órgão equivalente apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações, considerando sua repercussão no programa de trabalho do respectivo órgão ou secretaria.

§ 6º. Os recursos oferecidos para cancelamento, não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 7º. Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os referidos órgãos deverão proceder ao bloqueio das dotações orçamentárias oferecidas em cancelamento, ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam.

§ 8º. Considerar-se-ão como em tramitação, para os fins do disposto nos parágrafos anteriores, as solicitações de alterações



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

orçamentárias não devolvidas pela Diretoria de Orçamento e Programação ou órgão equivalente.

§ 9º. A cada solicitação de crédito adicional deverão, obrigatoriamente, ser atualizadas as metas dos respectivos subtítulos objeto do crédito adicional.

§ 10. As solicitações de créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhadas exclusivamente para essa finalidade.

§ 11. Os projetos de lei relativos à autorização para abertura de créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido nesta lei complementar, sem prejuízo de outras exigências contidas na lei orçamentária anual.

Art. 61. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

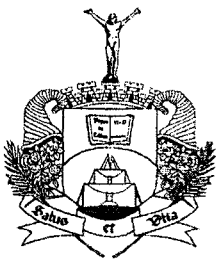
Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art. 62. Nos termos do § 2º do art. 117 da Lei Orgânica do Município, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou a projeto que o modifique somente poderão ser aprovadas:

- I - caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei complementar;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidirem sobre dotações para pessoal, seus encargos e de serviços de dívidas;
- III - sejam relacionadas à correção de erros, omissões ou a dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 63. Com suporte no § 8º do art. 166 da Constituição Federal, os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesa correspondente poderão ser utilizados, com prévia e específica autorização legislativa, mediante créditos especiais ou suplementares, conforme o caso.

Art. 64. Nos termos do § 2º do Art. 167 da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários que terão vigência no



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

exercício financeiro em que forem autorizados poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos, que serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, nos termos do § 2º do Art. 118 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 65. Para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária, o Poder Executivo enviará, mensalmente, à Câmara Municipal, balancete financeiro da receita e da despesa.

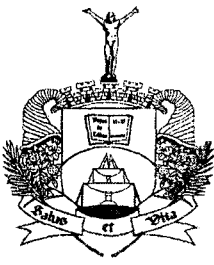
Art. 66. Para efeito do acompanhamento das despesas de pessoal, encargos sociais e quantitativo de servidores, bem como das despesas com educação e saúde, será encaminhado à análise da Câmara Municipal, mensalmente, Balancete Demonstrativo de Despesa e Receita, incluindo relatório da dívida fundada, e que contenha ainda:

- I - despesas com pessoal, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios e encargos sociais;
- II - demonstrativos dos percentuais relativos às despesas com pessoal, saúde e educação em relação à arrecadação, incluindo as respectivas memórias de cálculos;
- III - demonstrativo de adequação das despesas com pessoal, saúde e educação aos preceitos contidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como nesta lei complementar;
- IV - medidas de contenção de despesas adotadas, na hipótese dos percentuais máximos ou prudenciais terem sido atingidos.

Art. 67. Os convênios celebrados pelo Município, com suporte no disposto no Art. 241 da Constituição da República, terão disciplinamentos específicos nas leis que autorizarem a abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, observados os preceitos gerais contidos nesta lei complementar.

§ 1º. Sem prejuízo do atendimento a outras especificações exigidas por lei, os termos de convênio a ser celebrados com o Município obrigatoriamente conterão:

- I - a discriminação detalhada das obrigações das entidades convenentes em relação ao objeto do respectivo convênio;
- II - o plano de trabalho dele decorrente, na forma de anexo;
- III - a forma e os prazos para a devida prestação de contas;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

IV - declaração emitida pelo ordenador da despesa, atestando a quitação das obrigações assumidas pelas partes, por convênio porventura anteriormente celebrado.

§ 2º. As prestações de contas relativas aos convênios serão encaminhadas à Câmara Municipal de forma destacada da prestação de contas anual do Município.

§ 3º. Os projetos de lei que dispuserem sobre a abertura de crédito adicional para fazer face às despesas decorrentes da celebração de convênios ou instrumento equivalente, deverão mencioná-los e estar acompanhados do respectivo instrumento e seus anexos, os quais farão parte integrante do processado legislativo respectivo.

§ 4º. Aplica-se o disposto neste artigo aos convênios e instrumentos congêneres cujas despesas já estiverem previstas na lei orçamentária anual.

Art. 68. Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais serão apresentados na forma e com os detalhamentos estabelecidos no Art. 60 desta lei complementar.

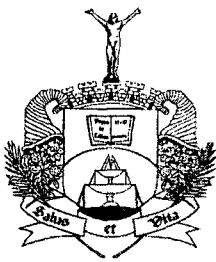
§ 1º. Acompanhará os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º. Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º. Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receita para o exercício.

Art. 69. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação e identificação do elemento de despesa.

Art. 70. As despesas com publicidade de interesse do Município serão restritas aos gastos necessários à divulgação de investimentos e serviços públicos efetivamente realizados, bem como de campanhas de natureza



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras legais.

§ 1º. Os recursos necessários às despesas referidas no *caput* deste artigo deverão onerar as seguintes dotações:

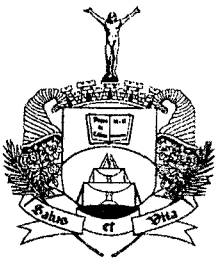
- I - publicações de interesse do Município;
- II - publicações de editais e outras publicações legais.

§ 2º. Poderão ser criadas, nos orçamentos das Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Comunicação Social, dotações orçamentárias próprias para atender a publicações de interesse do Município, com a devida classificação programática, visando a aplicação de seus recursos vinculados, quando for o caso, em atendimento à legislação vigente.

Art. 71. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, integram a presente lei complementar:

- I - Anexo I – “Metas e Prioridades” para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2015;
- II - Anexo II - “Metas Fiscais”, que contém:
 - a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2014;
 - b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica;
 - c) evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - d) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- III - Anexo III - “Riscos Fiscais”, contendo a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 1º. Para efeito do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, fica instituído o Anexo IV - “Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro” que deverá integrar toda proposição



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

que tenha por finalidade a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

§ 2º. Integrará a Lei Orçamentária Anual o Anexo "Renúncia de Receita", evidenciando o cumprimento do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

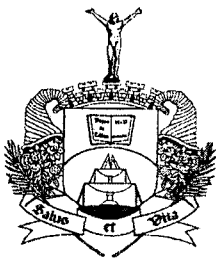
§ 3º. Os projetos de leis que disponham sobre a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverão estar acompanhados do Anexo - "Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro" no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, evidenciado o atendimento de pelo menos uma das seguintes condições:

- I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, e, que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias; ou
- II - estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento da receita proveniente:
 - a) da elevação de alíquotas; ou
 - b) da ampliação da base de cálculo; ou
 - c) da majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º. Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de natureza tributária previsto neste artigo decorrer da condição contida no inciso II do § 3º, o benefício somente entrará em vigor quando implementadas as medidas de compensação mencionadas no mesmo inciso.

Art. 72. Nos termos do Art. 16 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, os projetos de leis que disponham sobre a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa, serão acompanhados de:

- I - Anexo contendo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, na forma do Anexo IV desta lei complementar; e



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

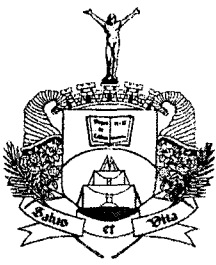
- II - Anexo contendo declaração do ordenador da despesa, que ateste que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, bem como compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. A estimativa de que trata o inciso I do caput deste artigo estará acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, de forma a permitir, à simples leitura, a compreensão dos cálculos apresentados.

Art. 73. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, 28 DE JULHO DE 2014.

ÉLOÍSIO DO CARMO LOURENÇO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

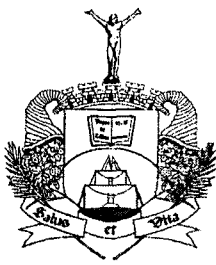
SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO 2015

I – ADMINISTRAÇÃO

- 1) modernizar os sistemas de administração como um todo, a fim de garantir um atendimento de qualidade à população, para o que poderá reformar, ampliar, construir, locar e readaptar espaços físicos, desapropriar imóveis de interesse do Município, adquirir, alienar e permutar próprios municipais, adquirir equipamentos, propor a criação ou extinção de cargos na forma do art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, instituir programa de demissão voluntária, admitir ou contratar pessoal, conforme necessidade do Município;
- 2) desenvolver ações de valorização dos servidores municipais, promovendo melhoria das condições de trabalho e consolidando a política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento profissional, atualizar e adequar a legislação da política de pessoal e concursos públicos, promover o realinhamento ou o aumento real do salário dos diversos cargos que compõem a administração pública e suas entidades, manter a política de benefício aos servidores e promover a implantação do regime previdenciário próprio do Município;
- 3) investir na qualificação e modernização da execução orçamentária, incorporando instrumentos de análise gerencial no processamento das receitas e despesas públicas, objetivando a redução de custeio e o equilíbrio das contas públicas;
- 4) modernizar e investir nos sistemas de controle patrimonial do Município, bem como promover o levantamento patrimonial dos bens públicos, garantindo uma gestão eficiente;
- 5) investir em processos e serviços de comunicação na rede de telefonia corporativa, INTERNET e em toda a área de tecnologias da informação na Prefeitura Municipal de Poços de Caldas;
- 6) no sentido de modernizar e padronizar a frota da entidade pública, promover renovação gradativa com implementação de sistemas de controle, objetivando a redução e o controle dos gastos em relação à manutenção dos veículos e equipamentos;
- 7) revisar e consolidar os planos de cargos e salários dos servidores da administração direta e indireta, encaminhando os projetos para deliberação da

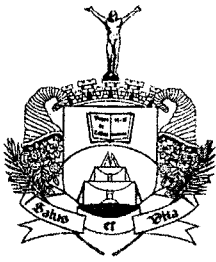


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Câmara no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento da primeira parte da sessão legislativa ordinária;

- 8) promover ações que visem à modernização da administração direta e indireta, adaptando suas estruturas com a finalidade de prestar atendimento de qualidade à população;
- 9) criação da Central de Empenhos através da Secretaria Municipal da Fazenda;
- 10) criação do Fundo Municipal da Procuradoria;
- 11) buscar melhorias na qualidade do atendimento ao cidadão, adequando os locais em que o público tenha acesso, de acordo com a lei que dispõe sobre a acessibilidade, e propiciando treinamentos aos servidores que estejam designados para tal;
- 12) implantar sistema de gerenciamento de materiais, visando maior agilidade no atendimento das requisições de materiais e serviços, redução de custos nas compras e contratações do Município, adequação do armazenamento e distribuição de materiais, sob estrito cumprimento das determinações legais;
- 13) manter a Casa dos Conselhos com estrutura administrativa, podendo ser firmadas parcerias com esse objetivo;
- 14) investir e manter o Arquivo Público Municipal, com sua digitalização, podendo ser firmadas parcerias com esse objetivo;
- 15) conceder, promover e executar políticas públicas de educação, proteção e defesa do consumidor no município, como instrumento de cidadania, com o objetivo de ser um órgão de excelência e referência estadual na prestação de serviços de educação, proteção e defesa do cidadão consumidor;
- 16) ampliar a Coleta Seletiva Solidária, com o objetivo de implementar a separação dos resíduos recicláveis descartados nas diversas unidades da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas;
- 17) implantar e manter política de humanização aos servidores públicos da administração direta e indireta, bem como das empresas públicas, visando melhor atendimento ao público;
- 18) manter e ampliar a estrutura e os serviços prestados pelas Zeladorias do Município;
- 19) modernizar e investir nos instrumentos de transparência da gestão fiscal, atendendo, em sua plenitude, as determinações contidas no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000;



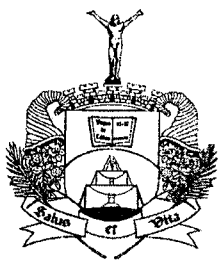
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 20) modernizar e equipar o Serviço Funerário Municipal;
- 21) modernizar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Serviços Públicos;
- 22) implantação das Normas Internacionais de Contabilidade, tendo como base o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, editado pela SNT – Secretaria do Tesouro Nacional;
- 23) adequação do software contábil às normas internacionais de contabilização;
- 24) novo organograma funcional da Secretaria Municipal de Controle Interno, em consonância com a nova estrutura contábil a ser adotada;
- 25) treinamentos especializados para cumprimento das legislações em vigor;
- 26) aprimoramento da geração de informações necessárias à gestão do Patrimônio Público;
- 27) contratação de consultorias especializadas do setor público;
- 28) efetivar a consolidação das contas municipais, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 29) implantar a Procuradoria de Defesa do Consumidor, com poderes de promover a defesa judicial dos interesses dos consumidores e das vítimas a título coletivo, nos casos previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90);
- 30) promover treinamento e capacitação profissional permanente sobre atendimentos específicos do PROCON;
- 31) garantir e viabilizar a atuação da fiscalização exercida pelo PROCON no âmbito de suas atribuições;
- 32) reestruturação do quadro administrativo do PROCON definido no art. 4º da Lei Municipal nº 5.651/1994;
- 33) promover e viabilizar alterações necessárias à Lei nº 5.651/1994 e seu Regulamento (Decreto nº 5.091/1994);
- 34) promover junto ao Estado parcerias para subsidiar a criação da Escola de Proteção de Defesa do Consumidor de Poços de Caldas;

II – SAÚDE

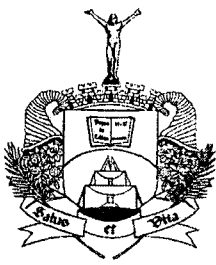
- 1) ampliar a estratégia de Saúde da Família no município;
- 2) ampliar a Saúde Bucal nas Unidades de Saúde da Família;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 3) manter o Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF;
- 4) construir, reformar e ampliar unidades de Saúde da Família;
- 5) adquirir mobiliário e equipamentos para as unidades de Saúde da Família;
- 6) implementar, em conjunto com a Secretaria da Educação, o Programa Saúde na Escola, em consonância com as portarias do Ministério da Saúde/MS;
- 7) implantar o Programa de Atenção Domiciliar em consonância com Diretrizes do Ministério da Saúde;
- 8) implantar a Rede de Urgência e Emergência, em consonância com o Ministério da Saúde;
- 9) implantar a Unidade de Pronto Atendimento – UPA tipo III;
- 10) implantar a Rede de Atenção Psicossocial/RAPS, com aperfeiçoamento do CAPS E CAPS AD, em consonância com as portarias do Ministério da Saúde;
- 11) implantar o Programa de Enfrentamento do crack e outras drogas, em parceria com a Secretaria de Promoção Social, com outras secretarias municipais e com a sociedade civil organizada;
- 12) aperfeiçoar o Serviço Móvel de Urgência – SAMU;
- 13) implementar a Atenção Materno Infantil integral, em consonância com as diretrizes, ações e indicadores da Rede Cegonha, do Ministério da Saúde;
- 14) implantar Linha de Cuidado para atenção integral aos portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes;
- 15) ampliar e aperfeiçoar o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas/CEO;
- 16) ampliar e aperfeiçoar o atendimento dos Núcleos de Especialidades Médicas e os serviços de Apoio Diagnóstico;
- 17) implantar a política de Assistência Farmacêutica de acordo com as diretrizes do MS;
- 18) implantar, em parceria com entidades, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência/ VIVER SEM LIMITES;
- 19) implementar o Programa de Imunização, de acordo com o Programa Nacional de Imunização/PNI do Ministério da Saúde;
- 20) ampliar e aperfeiçoar as ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental;



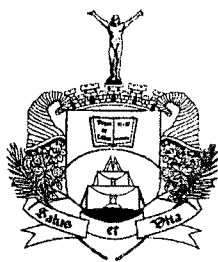
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 21) aperfeiçoar as ações de controle da dengue, e outras zoonoses;
- 22) melhorar as condições do Centro de Controle de Zoonoses;
- 23) prevenir e controlar as doenças infecciosas, tais como tuberculose, hanseníase, dengue, entre outras;
- 24) implementar as ações de controle, avaliação e regulação dos serviços e sistema de saúde municipal;
- 25) construir, reformar e ampliar unidades e serviços de Saúde;
- 26) adquirir mobiliário e equipamentos para as unidades e serviços de saúde;
- 27) investir na informatização das unidades e serviços de saúde, estendendo a conectividade para toda a rede de atenção à saúde, integrando os sistemas de informação do SUS - Cartão SUS;
- 28) firmar convênios e parcerias com instituições filantrópicas, e entidades não governamentais, para prestação de serviços complementares ao SUS na área de saúde, conforme preconiza Lei Federal nº 8.080/90;
- 29) aperfeiçoar mecanismo de planejamento e gestão participativa da Secretaria Municipal de Saúde, buscando eficiência e eficácia dos serviços e do sistema de saúde;
- 30) investir na capacitação e educação permanente dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde;
- 31) promover a participação e o controle social, fortalecendo o Conselho Municipal de Saúde, e a Conferência de Saúde;

III - EDUCAÇÃO

- 1) conforme as diretrizes políticas do Plano Municipal de Educação, definimos como filosofia para a Secretaria Municipal de Educação: "Trabalhar com crianças, jovens e adultos buscando desenvolver educação de qualidade para todos, através de uma formação humanista, cidadã, democrática e libertadora que leve o estudante a ser capaz de intervir em sua própria realidade, transformando-a". Esta filosofia fundamenta-se na proposta de construir uma identidade para a educação municipal, assim como é imprescindível também implementar uma política pública que garanta Educação Integral para os estudantes da rede municipal de ensino;
- 2) implantação do Projeto Escola Cidadã, com a pretensão de refletir uma tendência Pedagógica Progressista Libertadora, onde o centro do processo não

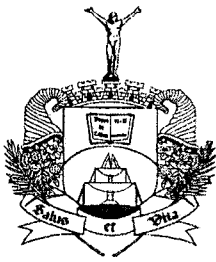


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

é nem o estudante, nem o professor, nem os métodos, nem o objeto de conhecimento, mas a relação entre todos estes elementos;

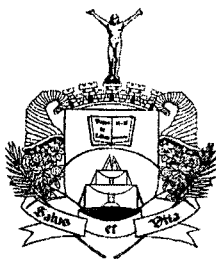
- 3) melhorar os resultados da rede municipal de ensino nas avaliações externas aplicadas pelos governos estadual e federal, através de ações integradas e investimentos que priorizem a melhoria do processo ensino-aprendizagem, inclusive fomentando a formação continuada dos trabalhadores da educação com atenção especial para a educação em tempo integral;
- 4) promover projetos próprios ou em parceria para o desenvolvimento cultural, artístico e pedagógico das ações das instituições educativas, na perspectiva da Educação Integral;
- 5) desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares e extracurriculares que colaborem para a formação do cidadão crítico, participativo e transformador, buscando o envolvimento dos trabalhadores da educação, ONGs, iniciativa privada, outras secretarias municipais, instituições de ensino técnico e superior, governo estadual e governo federal;
- 6) implementar ações pedagógicas, visando a um sistema educacional inclusivo, que contemple a diversidade;
- 7) valorizar os trabalhadores da educação, investindo em formação continuada, fortalecendo o Centro de Referência do Professor, através de parcerias com as instituições públicas de ensino superior do município;
- 8) dar continuidade às atividades do Centro Municipal de Línguas;
- 9) manter e ampliar projetos de parceria entre o Conservatório Musical Antonio Ferrucio Viviani e a Associação Amigos do Conservatório;
- 10) aderir às políticas públicas do governo federal, como por exemplo, o PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa e Mais Educação, entre outros que objetivam melhorar a qualidade do ensino na rede municipal;
- 11) reorganizar as atividades do Centro para o Potencial e Talento - CEDET, para o acompanhamento de estudantes da rede municipal com altas habilidades e bem dotados, na perspectiva da educação inclusiva;
- 12) universalizar gradativamente o atendimento integral, conforme o Plano Nacional de Educação, aos estudantes da rede municipal de ensino, através do fortalecimento e da ampliação do Programa Municipal da Juventude, o Programa Mais Educação, do Projeto Escola Aberta e também através do estabelecimento de parcerias diversas;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

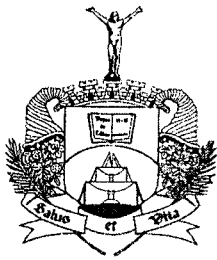
- 13) apoiar a produção e a difusão de bens culturais e educacionais, inclusive para aquisição e produção de materiais didáticos e pedagógicos, adesão e distribuição de livros didáticos pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e distribuição de materiais didáticos aos alunos da Educação Básica;
- 14) promover a integração da escola/comunidade/sistema educacional, investindo na democratização da gestão escolar e consolidando o processo de autonomia das unidades escolares através da construção democrática do Projeto Político Pedagógico de cada instituição educativa;
- 15) diminuir significativamente a demanda reprimida da Educação Infantil através da reorganização do cadastro, contratação de trabalhadores e ampliação e/ou construção de novas unidades;
- 16) atender a demanda da Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ensino Fundamental), inclusive através da reformulação do Programa Ação Compartilhada – Escola para Todos, e dar suporte ao Programa “Brasil Alfabetizado” para a redução do analfabetismo;
- 17) dar continuidade e expandir o atendimento através do projeto de Inclusão Digital, com capacitação de profissionais da Educação, em parceria com o NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional, estudantes e comunidade escolar;
- 18) estabelecer políticas para a consolidação do Município como pólo de ensino universitário, através de programas ou parcerias com instituições de ensino superior públicas;
- 19) construir, concluir, reformar, adaptar e manter, dentro dos padrões da infraestrutura e acessibilidade adequadas às diversas faixas etárias, e das necessidades do processo educativo, os Centros Municipais de Educação Infantil, escolas municipais e suas quadras, priorizando a construção de uma unidade escolar no Centro; a construção de CEI no bairro São José e no Parque Esperança; a construção dos CEI's Santa Terezinha e Milton Ferreira Costa para substituir as instalações atuais; a reforma do CEI Sônia Maria Saraiva e do CEI Dona Mariinha, bem como das unidades do PMJ Vilas Unidades e do bairro São José;
- 20) construção de uma sede própria para o Conservatório Musical Antônio Feruccio Viviani;
- 21) realizar, periodicamente, manutenção e reparos em todas as unidades escolares;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 22) garantir, gradativamente, acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários e equipamentos que atendam as especificidades das pessoas com deficiências, desenvolvendo projetos com parcerias diversas;
- 23) adquirir imóveis para ampliar o atendimento educacional;
- 24) transformar, através de parcerias público-privadas, o bosque do Jardim Ipê em Espaço Educador Sustentável;
- 25) implementar a conservação, manutenção e reparos dos bens móveis de todas as unidades escolares com local próprio para este fim, assegurando um melhor controle sobre o patrimônio da Secretaria Municipal de Educação;
- 26) implementar, gradativamente, a segurança nas unidades escolares obtendo o AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- 27) garantir as contrapartidas necessárias em programas educacionais do Estado e Federação, em que houver adesão;
- 28) estabelecer adesão e parcerias com os programas educacionais do Estado e da Federação;
- 29) manter o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), na forma estabelecida pelo Governo Federal;
- 30) implantar, manter e adequar os laboratórios de informática de todas as Escolas Municipais;
- 31) aderir ao PROUCA – Programa Um Computador por Aluno, do Governo Federal, para uso nas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e Médio;
- 32) manter, ampliar e aprimorar o atendimento ao transporte escolar em áreas rurais e de difícil acesso;
- 33) manter e ampliar o programa de auxílio transporte aos estudantes de ensino superior fora do Município, de acordo com a Lei nº 3.845/86;
- 34) aderir ao Programa do Governo Federal “Caminhos da Escola”, visando à aquisição de ônibus escolares, buscando a melhoria da qualidade do transporte escolar;
- 35) garantir a alimentação escolar de qualidade na educação básica, por meios próprios ou terceirizados, apoiando a aquisição de gêneros da agricultura familiar, conforme normas do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- 36) manter e viabilizar parcerias e convênios na área educacional;



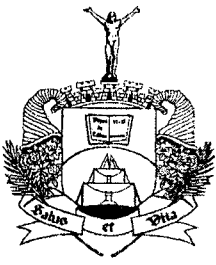
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 37) garantir a manutenção do convênio Prefeitura Municipal/Autarquia Municipal de Ensino;
- 38) viabilizar a implementação de programas de telecursos através de parcerias;
- 39) adequar, gradativamente, a Secretaria Municipal de Educação à Lei nº 11.738 de 16/07/2008, no que diz respeito a um terço da jornada para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica;

IV – ESPORTES E LAZER

- 1) construir, manter e reformar áreas esportivas e de lazer do Município;
- 2) ampliar a capacidade de atendimento do projeto desportivo, garantindo atividade desportiva e de lazer para todas as faixas etárias da população, incluindo a terceira idade e portadores de necessidades especiais;
- 3) criar, realizar, estimular e abrir espaços para a prática esportiva de competições e de lazer, através de políticas públicas próprias, incentivando a promoção de eventos em todos os segmentos e para todos os gêneros, priorizando o atendimento ao idoso;
- 4) implantar, construir, reformar e manter os espaços e equipamentos públicos destinados às manifestações culturais, de lazer e esportivos do Município, bem como promover a otimização de seu uso, integrando-os às Políticas de Saúde e de Assistência Social;
- 5) nos termos do art. 167 da Lei Orgânica do Município, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão do desporto, mediante a destinação de recursos públicos, a celebração de convênios e concessão de subvenções, estabelecendo tratamento diferenciado entre o desporto profissional e o amador;
- 6) celebrar parcerias para realização de eventos ou programas culturais, de competição esportiva e de lazer;
- 7) garantir o cumprimento do calendário esportivo, cultural e de atividades de lazer;
- 8) desenvolver parcerias com instituições nos espaços esportivos públicos do município;
- 9) manter em condições apropriadas a pista de cooper do Parque Municipal Antônio Molinari;
- 10) reformar e manter em condições de uso os campos de futebol *society* e implantar novos;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 11) implantar bosque e benfeitorias na área verde situada entre os loteamentos Itamaraty II e Parque Pinheiros;
- 12) viabilizar a descentralização de atividades desportivas, incentivando e promovendo parcerias para a implantação de academias populares nos bairros;
- 13) reformar e construir quadras municipais;
- 14) viabilizar a cobertura de quadras poliesportivas e a coberturas de arquibancadas, caso necessário;

V – ÁREAS URBANAS

- 1) fortalecer as atividades de defesa do patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico, promover o tombamento e recuperação de áreas e imóveis de preservação histórico-cultural;
- 2) consolidar a revitalização da área urbana central;
- 3) implementar e manter, inclusive nas praças públicas, ações que visem a ampliação, a operação, a manutenção e a modernização dos serviços de eletricidade;
- 4) manter o Jardim Botânico de Poços de Caldas;
- 5) promover a elaboração do Plano Diretor de Saneamento Básico e de Macro Drenagem Urbana;
- 6) elaborar os projetos decorrentes da atualização e regulamentação da legislação urbana;
- 7) garantir o crescimento urbano ordenado e controlado;
- 8) mapear e geoprocessar informações necessárias para a gestão pública integrada ao planejamento urbano no Município;
- 9) manter, recuperar, melhorar e ampliar a malha viária urbana;
- 10) recuperar a pavimentação da avenida Celanese;
- 11) estudar e aplicar solução para a drenagem da avenida Ubirajara Machado de Moraes;
- 12) efetivar a 2ª etapa da avenida Irradiação;
- 13) implantar, reformar, adequar, manter e ampliar os próprios públicos municipais;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 14) promover e manter, nos termos da lei, parcerias público-privadas para a execução de obras e projetos que visem o desenvolvimento urbano e ambiental do Município;
- 15) celebrar convênios com o Estado e com a União visando a melhoria do desenvolvimento urbano do Município;
- 16) executar e manter a contenção de encostas em áreas de risco;
- 17) promover, implantar e priorizar as ações urbanísticas como arruamento, asfaltamento e colocação de meio fio, visando a melhoria das condições de tráfego, a qualidade de vida e a segurança dos cidadãos residentes nos bairros periféricos que exijam essas ações;
- 18) apoiar a viabilização da construção de estacionamentos nas áreas mais adensadas;
- 19) promover o paisagismo nas avenidas principais da cidade e nas entradas dos bairros;
- 20) dotar os parques e praças públicas de sanitários;
- 21) promover a arborização das ruas da cidade;
- 22) manter e ampliar o Cemitério Municipal;
- 23) manter e ampliar as atividades desenvolvidas pelo Horto Municipal;
- 24) promover estudos e viabilizar a regularização e oficialização dos loteamentos Jardim das Colinas, Chácara Santa Bárbara e Jardim Bandeirantes;
- 25) ampliar, duplicar, mantendo canteiro central, e proceder ao recapeamento asfáltico da avenida Antônio Bortolan;
- 26) promover a desapropriação para pavimentação asfáltica, incluindo a implantação de rede de águas pluviais e de esgoto, na via de interligação dos bairros Jardim Itamaraty V e III;
- 27) construção do Píer Bortolan;
- 28) realizar calçamento das áreas públicas;
- 29) promover o atendimento à Lei Federal nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- 30) elaboração de planos e projetos para a melhoria da qualidade de vida urbana;
- 31) implementação de planos, projetos e obras para viabilizar o Distrito Industrial;
- 32) contratação de consultorias urbanas;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 33) contratação de estudos de impacto de vizinhança;
- 34) contratação de estudos de viabilidade econômica para avaliação urbanas;
- 35) implantação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza pública no Município;
- 36) implantação de empresa especializada em serviço de poda de árvores em áreas do Município;
- 37) implantação de programa de acessibilidade nas vias públicas para pedestres;
- 38) promover a contratação de projetos que abranjam as áreas de recuperação de pavimentos, drenagem e acessibilidade;
- 39) reequipar e modernizar a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas;
- 40) reequipar e modernizar a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- 41) viabilizar a recuperação da pavimentação da avenida José Bianucci;

VI – HABITAÇÃO

- 1) desenvolvimento de condições para a oferta de moradias de interesse social adequada e exequível pelo Município;
- 2) desenvolvimento de trabalho técnico junto à população a ser contemplada pelos programas habitacionais – Projetos Pré-Morar e Pós-Morar, por meio de um conjunto de ações educativas, informativas e de organização comunitária, garantindo o exercício de participação cidadã na construção coletiva de uma melhor qualidade de vida das famílias;
- 3) promoção e articulação do trabalho social nos projetos de habitação com as demais políticas públicas, conselhos setoriais, associações e demais instâncias de caráter participativo;
- 4) identificação e busca de recursos a fundo perdido para o atendimento às famílias que não se enquadrem nos mínimos exigidos pelos programas em desenvolvimento ou que apresentem condições específicas, tais como propriedade da área e incapacidade financeira para a construção ou recuperação da moradia em áreas de risco ou não;
- 5) modernização, atualização permanente e gestão do Cadastro de Habitação observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 6) atualização da tecnologia de informática utilizada no controle e acompanhamento das ações dos projetos habitacionais;
- 7) elaboração de campanhas de esclarecimento e informação sobre os projetos a serem desenvolvidos para a oferta de moradias de interesse social;

VII - SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

- 1) ampliar os serviços de coleta de esgoto visando o atendimento total do Município;
- 2) implementar e manter ações que visem a modernização, ampliação e gerenciamento dos serviços públicos de limpeza em geral, coleta de lixo domiciliar, coleta de lixo seletiva e destinação dos resíduos urbanos;
- 3) concluir a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE I;
- 4) promover e implementar ações de melhoria das condições ambientais;
- 5) instituir mecanismos de controle e proteção ambiental;
- 6) implantação do Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra de São Domingos;
- 7) promover e executar campanhas educativas para a preservação do meio ambiente;
- 8) executar, recuperar e manter canalizações de córregos, ribeirões e galerias;
- 9) promover o desassoreamento, urbanizar e recuperar áreas de domínio público; implantar parques, reflorestar margens de cursos d'água; manter bacias de contenção e viabilizar o plantio de mudas de árvores para reflorestamento;
- 10) firmar parcerias com o intuito de desenvolver, viabilizar e implementar projetos voltados para a ecologia e o ecossistema local;
- 11) promover plantio de espécies de árvores ornamentais e nativas no Município;
- 12) recuperar e preservar as bacias hidrográficas existentes na área do Município;
- 13) executar o gerenciamento dos recursos hídricos, minimizando as perdas;
- 14) promover o controle de vetores e pragas;
- 15) construir, adequar e manter o aterro sanitário municipal às normas ambientais e de saneamento;



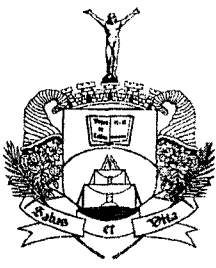
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 16) promover ajustes, adaptações ou substituições nos reservatórios, elevatórias, mananciais, captações, estações de tratamento e rede de água que compõem o Sistema de Distribuição de água;
- 17) promover estudos visando o incentivo à implantação de cooperativas de reciclagem de lixo, com locais apropriados;
- 18) promover e incentivar a geração de energia alternativa;
- 19) modernizar e equipar a estrutura dos serviços de Parques e Jardins;
- 20) criação e manutenção de novas áreas verdes e parques;
- 21) promover a construção de bacias de retenção e obras de drenagem necessárias à contenção de cheias;
- 22) contratação de consultoria de meio ambiente;
- 23) contratação de estudos de impacto ambiental;
- 24) promover aquisições de equipamentos com tecnologia adequada para o desempenho das atividades e automações dos sistemas de água e esgoto;
- 25) promover projetos de combate às perdas de água do sistema de distribuição de água em todas as fases;
- 26) promover parceria público privada para atividades em desenvolvimento dos sistemas de esgotos e exploração de água;
- 27) promover adaptações, reformas, construções e ampliações de edificações para melhoria das condições de trabalho e atendimento do DMAE;
- 28) implantação de ETEs – Estações de Tratamento de Esgoto compactas para atender o Distrito Industrial e a Zona Leste;

VIII – TRANSPORTE E TRÂNSITO

- 1) implementar Sistema de Gerenciamento e Controle de tráfego centralizado e com gestão em tempo real;
- 2) implementar dispositivos eletrônicos de controle de velocidade e de avanço semaforizado, objetivando a redução de acidentes;
- 3) implantar ações decorrentes do Programa de Ação no Trânsito;
- 4) atuar na busca de recursos financeiros mediante projetos de mobilidade urbana focado no transporte público e veículos não motorizados;
- 5) desenvolver ações de fiscalização e monitoramento das diversas concessões de

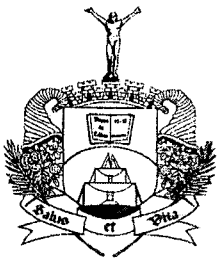


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

transporte, visando a qualidade e segurança para os usuários;

- 6) ampliação da rede semafórica;
- 7) dotar o setor de equipamentos e viaturas para sua efetiva atuação e modernização;
- 8) desenvolver e implementar ações para integração de linhas sem terminal, racionalizando os percursos e criando-se faixas exclusivas;
- 9) padronizar os abrigos de passageiros de transporte público e aumentar a quantidade instalada;
- 10) melhorar a operação do transporte coletivo de passageiros com devido controle de custos para redução de tarifas em sua estabilização;
- 11) ampliar e manter o serviço de atendimento as pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida no transporte;
- 12) desenvolver ação e programa específico voltado para o transporte de turistas;
- 13) implementar painéis de mensagens variadas para orientação ao trânsito e campanhas de redução de acidentes;
- 14) implementar campanha permanente de educação para o trânsito;
- 15) operar o sistema de estacionamento rotativo, com melhoria das oportunidades de estacionamento e redução de deslocamentos à procura de vaga;
- 16) processar as infrações autuadas pelos agentes de trânsito e funcionar a JARI como apoio ao cidadão;
- 17) elaborar projeto básico das Vias Estruturais, em consonância com o Plano Diretor, priorizando a ampliação da integração física da cidade;
- 18) reformular o sistema de sinalização de vias, priorizando as ruas próximas às escolas e as rotatórias do sistema viário do Município;
- 19) reestruturar o trânsito nas principais vias da cidade, garantindo o fluxo normal dos veículos e pedestres, privilegiando-os em sua segurança, mediante a implantação de dispositivos construtivos e equipamento eletrônicos de controle de tráfego, priorizando a sinalização nos vários bairros do Município;
- 20) firmar parcerias visando a consolidação do processo de municipalização do trânsito;
- 21) garantir o acesso e o transporte coletivo de qualidade à população, nos termos da Lei Orgânica do Município, mediante a regularização das linhas de tráfego e otimização do sistema viário como um todo;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 22) criar condições para a implantação de linhas aéreas no Município, em consonância com as obras de reforma e ampliação do espaço do aeródromo;
- 23) promover e executar campanhas educativas no trânsito;
- 24) promover, incentivar e proporcionar condições para o uso de transportes individuais não motorizados, por meio da construção e manutenção das ciclovias e ciclo faixas, notadamente nos principais corredores de tráfego da cidade;
- 25) desenvolver e implementar projetos de educação para o trânsito na rede pública de ensino;
- 26) viabilizar a construção, a manutenção e a recuperação de ciclovias, notadamente nas avenidas Wenceslau Brás e José Bianucci;
- 27) adquirir equipamentos operacionais visando uma melhor estruturação do Departamento de Trânsito;
- 28) modernizar e unificar o controle semafórico de trânsito com a implantação de dispositivos, visando aumentar a segurança da população, incluindo o sistema de semáforos para deficientes auditivos e visuais;
- 29) estabelecer parcerias ou convênios para a realização de campanhas informativas para a segurança no trânsito, com ênfase no pedestre;
- 30) correção de medidas equivocadas de fluxo, mudança, controle e estacionamento de veículos em diversas vias do Município;
- 31) viabilizar a ampliação, construção, manutenção e recuperação de ciclovias;
- 32) promover o alargamento e a pavimentação das estradas rurais;
- 33) contratação de planos, projetos e consultorias para a melhoria do sistema de trânsito e do transporte público;
- 34) regulamentação da sinalização de vias, assim como seu reforço, priorizando as ruas próximas às escolas e locais de grande concentração de pedestre e alto fluxo de veículos;

IX – SEGURANÇA ALIMENTAR

- 1) manutenção da unidade de Restaurante Popular;
- 2) implantação e manutenção do Banco de Alimentos;
- 3) ampliação das condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias, indivíduos ou grupos populacionais específicos, que enfrentem situações emergenciais, e indivíduos com doenças crônicas;



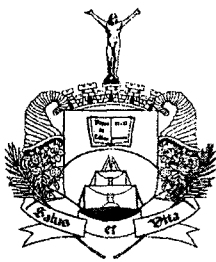
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 4) potencialização das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
- 5) manutenção e implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que articule as ações promotoras de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas pelas diversas políticas públicas nas esferas governamental e não governamental;
- 6) execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome;

X - ASSISTÊNCIA SOCIAL

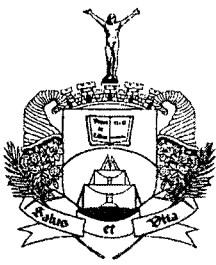
- 1) realização da gestão da Política de Assistência Social no município, promovendo os meios necessários ao atendimento de todas as necessidades e demandas a ela referenciadas, de acordo com as diretrizes da Política Nacional e a realidade local;
- 2) utilização dos dados do Cadastro Único para a elaboração de análise que subsidiem o planejamento e a gestão dos serviços, programas e projetos direcionados à parcela mais vulnerável do município;
- 3) execução de acompanhamento, avaliação e fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família em estreita articulação com as instâncias de controle social;
- 4) execução e atualização do cadastro dos beneficiários do BPC e suas famílias no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal;
- 5) realização de busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade incluídas e não incluídas no CadÚnico e atualizações do CadÚnico;
- 6) manutenção e ampliação do número de famílias em acompanhamento sistemático nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- 7) implementação da Lei Municipal do SUAS e dos benefícios revistos em 2014;
- 8) manutenção e reforma dos equipamentos onde funcionam os CRAS, garantindo a segurança aos usuários e trabalhadores;
- 9) manutenção dos serviços do CASI (Centro de Atendimento Sócio Infantil) e atendimento a idosos e pessoas com deficiência;
- 10) regulamentação do Programa Futuro como incubadora social para o fomento a grupos, associações e cooperativas por meio de lei municipal;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 11) potencialização dos serviços continuados desenvolvidos pela Proteção Social Básica por meio de articulação de ações com as demais políticas setoriais garantindo maior eficácia das intervenções conjuntas;
- 12) ampliação do número de grupos de usuários no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para diversas faixas etárias e suas demandas;
- 13) potencialização e ampliação dos pontos de apoio dos CRAS, ampliando a cobertura territorial com a soma de recursos federal, estadual e municipal;
- 14) manutenção dos recursos necessários ao atendimento dos indivíduos e famílias atingidas por calamidades;
- 15) fortalecimento das ações voltadas para a socialização e profissionalização de pessoas com deficiência;
- 16) manutenção dos Serviços Socioeducativos para crianças e adolescentes, executados diretamente pelo município e através de convênio;
- 17) fomento ao serviço de Proteção Social Básica no domicílio para as Pessoas com deficiência e idosas, através de equipe própria;
- 18) ampliação das ações de mobilização social nos territórios, garantindo o acesso dos cidadãos às informações, viabilizando a sua formação para o exercício do controle social;
- 19) realização de mobilização, seminários e campanhas para sensibilização e divulgação de temas relativos à violação de direitos em consonância com as campanhas desenvolvidas pelos governos estadual e federal ou que atendam a necessidades específicas do município;
- 20) realização de cursos, seminários e oficinas de capacitação profissional para a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher;
- 21) desenvolvimento de uma gestão participativa e realização de ações compartilhadas com os conselhos de segmentos e setoriais ligados à Secretaria;
- 22) manutenção dos meios necessários à celebração dos convênios com entidades sociais a fim de garantir o atendimento integral aos usuários da Assistência Social;
- 23) execução de encontros, seminários e foros de discussão permanente com a rede conveniada, objetivando a contínua qualificação dos serviços e aprimorando a relação convenial, em todos os seus termos, para que as ações sejam realizadas na lógica da garantia de direitos;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 24) manutenção das ações necessárias à execução do Programa ACESSUAS TRABALHO visando à mobilização do público-alvo do programa, e fortalecimento das ações do Pronatec, a fim de contemplar as necessidades do público alvo do programa;
- 25) manutenção e expansão da oferta de cursos profissionalizantes para jovens, adultos e idosos;
- 26) manutenção da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica;
- 27) manutenção dos serviços de atendimento à pessoa em situação de rua e migrantes de acordo com as diretrizes da Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua (conforme decreto 7053/2009 MDS), com foco na promoção do processo de saída das ruas e inclusão social;
- 28) fortalecimento do serviço de Abordagem Social, através de processo de formação continuada dos profissionais, discussões com a rede sociedade civil e ampliação da equipe;
- 29) implantação da modalidade de acolhimento em República, para garantir aos cidadãos com trajetória de rua a construção conjunta do seu processo de saída das ruas;
- 30) manutenção do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), voltada para o atendimento diurno da população e famílias com trajetória de rua;
- 31) manutenção dos serviços de acolhimento institucional à criança ou ao adolescente que teve seus direitos violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de acordo com a lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- 32) manutenção e potencialização dos serviços de acolhimento institucional a idosos;
- 33) ampliação dos serviços de atendimento dia a idosos, com foco na socialização dos mesmos, tendo em vista a manutenção do convívio familiar comunitário;
- 34) manutenção de sistema de formação continuada para os trabalhadores do SUAS;
- 35) manutenção do Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação (SMMA) e da Vigilância Social segundo as diretrizes do SUAS;
- 36) manutenção do financiamento financeiro para transporte coletivo de deficientes (passe livre);

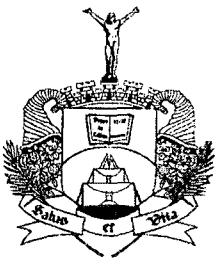


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

XI - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 1) dar continuidade, em parceria com a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas, à implantação da infraestrutura nos Distritos Industriais, permitindo sua ocupação;
- 2) dar continuidade, em parceria com o Departamento de Meio Ambiente, ao licenciamento ambiental do Distrito Industrial;
- 3) intervir, junto às empresas capacitadas, para efetiva instalação da rede de telecomunicações no Distrito Industrial;
- 4) acompanhar a instalação das empresas donatárias de área nos Distritos Industriais;
- 5) dar prosseguimento aos processos de empresas interessadas em se instalarem nas áreas industriais;
- 6) identificação de novas áreas para ampliação de zonas industriais;
- 7) continuidade dos estudos de viabilização e efetiva instalação de um Porto Seco;
- 8) incrementar programas e projetos que visem incentivos para a qualificação de mão de obra, que favoreçam a geração de emprego e renda e o apoio às micro, pequenas e médias empresas;
- 9) incrementar programas e projetos que visem incentivos a novos investimentos na área empresarial, sejam de novas empresas ou das já instaladas no município;
- 10) desenvolver programas exclusivos para formalização de parcerias que visem à implantação de novos empreendimentos ou ampliação dos já existentes, destinados à geração de novos empregos;
- 11) dar continuidade ao desenvolvimento das atividades da Lei Complementar n. 110/2000;
- 12) implantação da Casa do Empreendedor e reativação do CDTI (Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) conjuntamente;
- 13) desenvolver programas exclusivos de capacitação dos empreendedores individuais e das micro e pequenas empresas no Município;
- 14) desenvolver programas e ações voltadas à capacitação da mão de obra do Município;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

XII - DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

- 1) apoiar o desenvolvimento do turismo rural;
- 2) promover ações efetivas para o desenvolvimento rural integrado, a partir do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, especialmente a pequenos e médios produtores rurais, bem como fomentar o desenvolvimento da produção agropecuária;
- 3) formalizar, nos termos da lei, parcerias e convênios com instituições que atuem em interação com a população rural, visando à troca de experiências, a produção de conhecimento e o estímulo das diferentes formas de manifestação cultural;
- 4) firmar parcerias e convênios objetivando uma produção agropecuária de maior valor agregado;
- 5) estabelecer parcerias e convênios buscando tecnologia científica na produção rural;
- 6) modernização do Ceasa-Poços;
- 7) apoio à agricultura familiar através dos programas PAA e PNAE;
- 8) apoiar a implantação e o desenvolvimento de agroindústrias e de artesanato rural;
- 9) incentivar o associativismo visando a geração de renda às comunidades rurais;
- 10) celebrar parcerias com as associações rurais em atividade, especialmente a ASSODANTAS, ASSOLIMA, ASSONERY, APIS POÇOS, Associação dos Feirantes de Poços de Caldas e Cafés Vulcânicos;
- 11) apoiar a produção rural com serviços de infraestrutura rural;
- 12) realizar campanha de vacinação para pequenos rebanhos bovinos;
- 13) modernização das feiras livres do Município;
- 14) criação do Serviço de Inspeção Municipal;
- 15) fomentar a produção de cafés especiais;
- 16) fomentar a Indicação Geográfica para os cafés produzidos em Poços de Caldas;
- 17) apoiar a Campanha Poços Comércio Justo;
- 18) implantar centros sociais rurais;

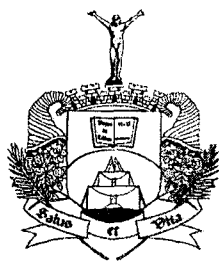


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

XIII – TURISMO E CULTURA

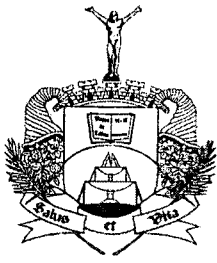
- 1) promover programas de desenvolvimento da atividade turística, obedecendo os aspectos de sustentabilidade;
- 2) desenvolver e incentivar programas e projetos para diversificar, aprimorar e ampliar a atividade turística, visando o incremento da oferta de produtos turísticos;
- 3) elaborar estudos, pesquisas e diagnósticos acerca da atividade turística;
- 4) elaborar e implantar o Plano Municipal de Turismo;
- 5) desenvolver projetos em conjunto com a Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais para o fomento do turismo regional;
- 6) restaurar, revitalizar, manter e preservar as instalações termais, praças, jardins, monumentos, pontos turísticos e o calçamento da cidade, em conjunto com outras secretarias municipais, inclusive com a celebração de parcerias e convênios;
- 7) implantar novos pontos turísticos e reformular os existentes através de parcerias público-privadas;
- 8) ampliar, recuperar, manter e preservar o patrimônio de interesse turístico, em conjunto com outras secretarias municipais;
- 9) criar programas específicos para o incentivo ao turismo de eventos;
- 10) implantar espaço para a realização de eventos em parceria com outras secretarias, Governos Estadual e Federal;
- 11) implantar a sinalização turística no Município em parceria com as Secretarias Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Obras, Defesa Social e Governo Federal;
- 12) organizar, implantar, manter e fiscalizar os serviços de transporte especial para turistas;
- 13) elaborar, instituir por norma específica e divulgar o Calendário Anual de Eventos Turísticos, que conterà eventos realizados, promovidos ou apoiados pelo Poder Público ou por terceiros;
- 14) organizar e garantir o cumprimento do calendário turístico e cultural e, junto às Secretarias Municipais de Turismo, Esporte e Lazer, Educação, Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Promoção Social, organizar um calendário único de eventos da cidade;



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 15) ampliar e aprimorar o atendimento ao turista no Centro de Informações Turísticas;
- 16) promover a qualificação e a capacitação de recursos humanos, priorizando a qualidade do atendimento ao turista;
- 17) criar e implantar um plano de mídia para a divulgação do destino, sobretudo, nos principais centros emissores de turistas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Comunicação Social;
- 18) implementar ações a fim de incrementar a arrecadação de recursos ao Fundo Municipal Pró-Turismo e ao Fundo Municipal Pró-Cultura;
- 19) promover projetos próprios ou em parcerias para o desenvolvimento cultural, artístico e turístico;
- 20) apoiar a produção e a difusão de bens culturais;
- 21) implementar políticas públicas de descentralização da cultura;
- 22) organizar Conferências e Fóruns Municipais de Cultura, estimulando a participação popular;
- 23) integrar a Política de Cultura às outras políticas da cidade, no sentido de apoio aos eventos artísticos e culturais;
- 24) promover as manifestações culturais do Município;
- 25) investir em ações que visem o apoio à cultura no Município, valorizando e incentivando os grupos culturais locais;
- 26) implantar, construir e manter os espaços e equipamentos públicos destinados às manifestações culturais, bem como promover a otimização de seu uso, integrando-os às políticas culturais;
- 27) celebrar parcerias público privadas na realização de eventos ou programas culturais;
- 28) registrar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural;
- 29) organizar cursos e seminários destinados aos agentes culturais objetivando novas informações;
- 30) ampliar o acervo das Bibliotecas Públicas Municipais;
- 31) adquirir equipamentos necessários ao bom funcionamento do Espaço Cultural da Urca, do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, Bibliotecas Públicas Municipais e Departamento de Cultura;



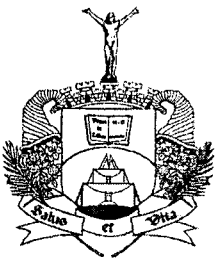
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 32) manter o funcionamento dos próprios do Município, destinados às Bibliotecas Públicas Municipais, ao Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, bem como o Espaço Cultural da Urca, promovendo a reforma dos espaços quando necessário, para melhor atendimento aos usuários e aos artistas, que neles desenvolvem seus trabalhos;
- 33) dar continuidade ao processo de informatização das Bibliotecas Públicas Municipais, oferecendo recursos humanos necessários à sua complementação;
- 34) implementar o Sistema Municipal de Cultura (SMC), atrelado ao Sistema Nacional de Cultura em conformidade com o Plano Nacional de Cultura, com seus respectivos componentes obrigatórios;
- 35) aprimorar os serviços termais;
- 36) estudar a viabilidade de implantação do Trem Turístico e Cultural no Município;
- 37) alinhar-se aos programas do Ministério do Turismo e da Secretaria Estadual de Turismo e Esportes, através do desenvolvimento de projetos relacionados à infraestrutura turística e ao fortalecimento do desenvolvimento turístico, visando estabelecer convênios para a adequação e expansão da atividade no município;

XIV - TRIBUTOS E FINANÇAS

- 1) criar novas fontes de recursos e implantar programa específico para o aumento da arrecadação municipal com a utilização de novas metodologias;
- 2) implantar sistema efetivo de acompanhamento da execução orçamentária;
- 3) investir na qualificação e na modernização da execução orçamentária, otimizando o controle de despesas, inclusive através de melhorias e aperfeiçoamento de sistemas de gestão;
- 4) manter programa específico de levantamento do impacto orçamentário de toda e qualquer renúncia fiscal praticada, conforme determina o § 6º do art. 165 da Constituição Federal;
- 5) criar programas de incentivo à redução da inadimplência e recuperação de receitas;
- 6) revisar os valores de taxas e tarifas cobrados pelo Município como um todo;

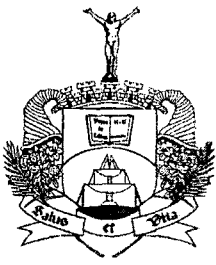


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

XV - SEGURANÇA PÚBLICA

- 1) dotar o Município de centro operacional devidamente equipado para coordenação do emprego operacional, principalmente com sistemas de atendimento ao público e gestão operacional;
- 2) implementar Programa de Capacitação e Treinamento Permanente, visando fortalecer a atuação preventiva e ostensiva da Guarda Municipal;
- 3) prover os profissionais da Guarda Municipal de equipamentos de proteção individual, tais como coletes à prova de balas e outros, bem como de armas não letais;
- 4) dotar a Guarda Municipal de frota adequada em quantidade e qualidade que possibilite ação efetiva em todos os bens e serviços do Município;
- 5) ampliar efetivo da Guarda Municipal;
- 6) implantar o patrulhamento com cães com a devida estruturação de um canil;
- 7) implementar programa de metas e avaliação da segurança do Município, com foco na ação da Guarda Municipal;
- 8) efetivar sistema de vigilância eletrônica e primeira resposta nas edificações municipais, prioritariamente nas escolas e unidades de saúde;
- 9) desenvolver ações e programas preventivos à violência e ao uso de drogas;
- 10) preparar e executar atividades de polícia comunitária, cujo perfil em muito ajustasse à competência municipal;
- 11) colaborar para a devida efetivação do GGIM e criação do observatório;
- 12) manter e ampliar parcerias e convênios com a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SENASP, Polícia Militar do Estado, Polícia Civil e Bombeiros, visando garantir melhorias à segurança da população;
- 13) dotar o Município de equipamentos de defesa social, através de construções e aquisições por recurso próprio, para o auxílio no combate à criminalidade;
- 14) manter e ampliar o atendimento da Guarda Municipal, fortalecendo a instituição com a instalação de câmeras de monitoramento nas praças centrais e nos patrimônios públicos, obedecidos os critérios da Administração Pública Municipal;
- 15) manter e ampliar o atendimento prestado pela Defesa Civil mediante a formalização de parcerias com os demais Órgãos da Administração Pública e maior capacitação dos seus voluntários;



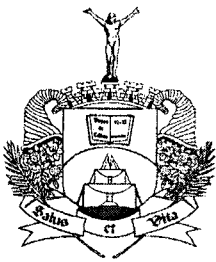
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

- 16) ampliar a Ronda Escolar e em próprios municipais;
- 17) manter e ampliar o Programa de Apoio à Segurança – PROASE;
- 18) investir em convênios com instituições de ensino superior para educação, pesquisa e trabalhos científicos voltados para segurança, visando suporte ao planejamento racional e lógico dos recursos necessários para melhorar a segurança, especialmente para elaborar o diagnóstico da violência e da criminalidade em Poços de Caldas e o Plano Municipal de Segurança Pública;
- 19) manter e ampliar as atividades dos Conselhos de Segurança Pública – CONSEP's;
- 20) efetivação dos Agentes de Trânsito;
- 21) implantar novos postos da Guarda Municipal em diferentes locais do Município, atendendo os critérios do Plano Municipal de Segurança Pública;

XVI – DEFESA CIVIL

- 1) efetivar a Coordenadoria de Proteção de Defesa Civil, ajustando-a ao Sistema Nacional e Estadual;
- 2) promover a criação de núcleos comunitários nas regiões leste, oeste e sul como entes de resposta em casos de desastres;
- 3) criar sistema de monitoramento da bacia hidrográfica e áreas inundáveis;
- 4) implementar ações do Plano Municipal de Redução de Riscos e Contingenciamento;
- 5) dotar a Coordenadoria de Transporte de equipamentos de proteção individual e demais meios para execução da atividade;
- 6) empreender foco preventivo em parceria com as demais Secretarias;
- 7) criar sistemas de alarmes e comunicação de desastres, em articulação com o Corpo de Bombeiros.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

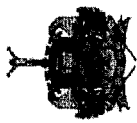
Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metas Anuais

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF



ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB x 100)
Receita Total	559.840.392,50	528.151.313,68	18.059.367.500,00	589.521.965,48	524.672.450,59	19.016.837.596,129	648.232.848,10	544.276.110,92	20.910.737.035,484
Receita Não-Financeira	555.053.641,26	523.635.510,62	17.904.956.169,677	584.476.603,54	520.182.096,42	18.854.083.985,161	642.958.791,13	539.847.851,49	20.740.606.165,484
Despesa Total	559.840.392,50	528.151.313,68	18.059.367.500,00	589.521.965,48	524.672.450,59	19.016.837.596,129	648.232.848,10	544.276.110,92	20.910.737.035,484
Despesa Não-Financeira	548.524.392,50	517.475.841,98	17.694.335.241,935	577.240.795,34	513.742.252,88	18.620.670.817,419	632.441.895,98	531.017.544,90	20.401.351.483,226
Resultado Primario	6.529.248,76	6.159.668,64	210.620.927,742	7.235.808,20	6.439.843,54	233.413.167,742	10.516.895,15	8.830.306,59	339.254.682,258
Resultado Nominal	-710.211,93	-670.011,25	-22.910.062,258	-632.088,61	-562.556,61	-20.389.955,161	-562.558,87	-472.341,62	-18.147.060,323
Dívida Pública Consolidada	55.248.924,85	52.121.627,22	1.782.223.382,258	49.171.543,12	43.762.498,33	1.586.178.810,323	43.762.673,38	36.744.478,07	1.411.699.141,290
Dívida Consolidada Líquida	5.746.260,15	5.421.000,14	185.363.230,645	5.114.171,54	4.551.594,46	164.973.275,484	4.551.612,67	3.821.673,11	146.826.215,161

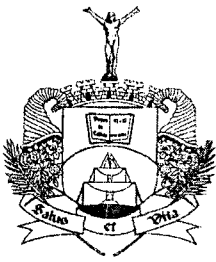
Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
	PIB Real (crescimento % anual)	3,50	3,50
Taxa real de juro sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	3,70	3,42	3,37
Câmbio (R\$/US\$ - Final de ano)	1,55	1,16	1,16
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	6,00	6,00	6,00
Projeção do PIB do Estado	3,10	3,10	3,10

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2015	2016	2017
Valor Corrente / 1,0600	Valor Corrente / 1,1236	Valor Corrente / 1,1910



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

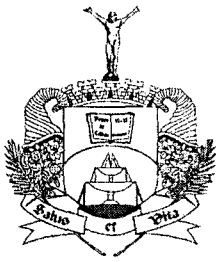
Anexo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF



ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a x 100)
Receita Total	501.887.591,78	16.189.922.315 ,484	456.429.699,99	14.723.538.709 ,355	-45.457.891,79	-9,06
Receita Não-Financeira (I)	491.213.934,78	15.845.610.799 ,355	451.957.048,56	14.579.259.630 ,968	-39.256.886,22	-7,99
Despesa Total	501.887.591,78	16.189.922.315 ,484	441.366.057,10	14.237.614.745 ,161	-60.521.534,68	-12,06
Despesa Não-Financeira (II)	490.044.591,78	15.807.890.057 ,419	434.429.500,90	14.013.854.867 ,742	-55.615.090,88	-11,35
Resultado Primário (I - II)	1.169.343,00	37.720.741,935	17.527.547,66	565.404.763,22 ,6	16.358.204,66	1.398,92
Resultado Nominal	-30.334.095,14	-978.519.198,0 ,65	-30.334.095,14	-978.519.198,0 ,65	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	69.749.936,69	2.249.997.957, 742	69.749.936,69	2.249.997.957, 742	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	14.183.434,02	457.530.129,67 ,7	14.183.434,02	457.530.129,67 ,7	0,00	0,00

PIB estadual Previsto e Realizado para 2013

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2013	3,10



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

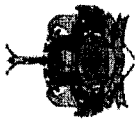
Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF



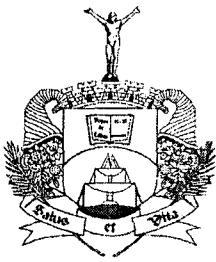
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
Receita Total	428.649.119,23	501.887.591,78	17,09	595.635.072,00	18,68	559.840.392,50	-6,01	589.521.965,48	5,30	648.232.848,10	9,96	
Receita Não-Financeira	395.561.956,44	491.213.934,78	24,18	594.611.415,00	21,05	555.053.641,26	-6,65	584.476.603,54	5,30	642.958.791,13	10,01	
Despesa Total	428.649.119,23	501.887.591,78	17,09	595.635.072,00	18,68	559.840.392,50	-6,01	589.521.965,48	5,30	648.232.848,10	9,96	
Despesa Não-Financeira	386.587.595,94	490.044.591,78	26,76	587.052.072,00	19,80	548.524.392,50	-6,56	577.240.795,34	5,24	632.441.895,98	9,56	
Resultado Primario	8.974.360,50	1.169.343,00	-86,97	7.559.343,00	546,46	6.529.248,76	-13,63	7.235.808,20	10,82	10.516.895,15	45,35	
Resultado Nominal	41.467.441,58	-30.334.095,14	-173,15	14.571.516,18	-148,04	-710.211,93	-104,87	-632.088,61	-11,00	-562.558,87	-11,00	
Dívida Pública Consolidada	52.418.036,03	69.749.936,69	33,06	62.077.443,65	-11,00	55.248.924,85	-11,00	49.171.543,12	-11,00	43.762.673,38	-11,00	
Dívida Consolidada Líquida	44.517.529,16	14.183.434,02	-68,14	28.754.950,20	102,74	5.746.260,15	-80,02	5.114.171,54	-11,00	4.551.612,67	-11,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
Receita Total	481.201.501,25	532.000.847,29	10,56	595.635.072,00	11,96	528.151.313,68	-11,33	524.672.450,59	-0,66	544.276.110,92	3,74	
Receita Não-Financeira	444.057.852,30	520.686.770,87	17,26	594.611.415,00	14,20	523.635.510,62	-11,94	520.182.096,42	-0,66	539.847.851,49	3,78	
Despesa Total	481.201.501,25	532.000.847,29	10,56	595.635.072,00	11,96	528.151.313,68	-11,33	524.672.450,59	-0,66	544.276.110,92	3,74	
Despesa Não-Financeira	433.983.235,20	519.447.267,29	19,69	587.052.072,00	13,01	517.475.841,98	-11,85	513.742.252,88	-0,72	531.017.544,90	3,36	
Resultado Primario	10.074.617,10	1.239.503,58	-87,70	7.559.343,00	509,87	6.159.668,64	-18,52	6.439.843,54	4,55	8.830.306,59	37,12	
Resultado Nominal	46.551.349,92	-32.154.140,85	-169,07	14.571.516,18	-145,32	-670.011,25	-104,60	-562.556,61	-16,04	-472.341,62	-16,04	
Dívida Pública Consolidada	58.844.487,25	73.934.932,89	25,84	62.077.443,65	-16,04	52.121.627,22	-16,04	43.762.498,33	-16,04	36.744.478,07	-16,04	
Dívida Consolidada Líquida	49.975.378,24	15.034.440,06	-69,92	28.754.950,20	91,26	5.421.000,14	-81,15	4.551.594,46	-16,04	3.821.673,11	-16,04	

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
2012	2013	2014	2015*
5,83		6,00	6,00
VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente * 1,1226	Valor Corrente * 1,0600	Valor Corrente	Valor Corrente / 1,1236
			Valor Corrente / 1,1910

* Inflação Média (% Anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

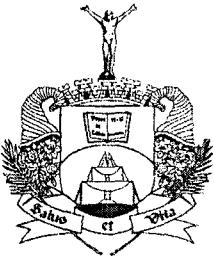
LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas
Estado de Minas Gerais
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2015
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

	2013		2012		2011	
Patrimônio / Capital	116.670.075,77	100,00	117.648.202,11	100,00	195.167.402,35	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	116.670.075,77	100,00	117.648.202,11	100,00	195.167.402,35	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2013		2012		2011	
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

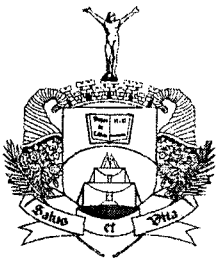
Anexo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
2015

Art. 4º, §2º, inciso III da LRF



	2014 (R\$)	2014 (R\$)	2014 (R\$)
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	138.920,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	138.920,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)	138.920,00	0,00	0,00

NOTA:



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Estado de Minas Gerais

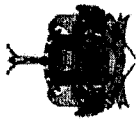
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

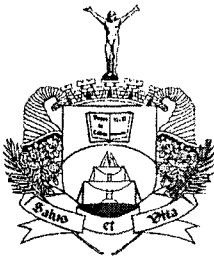
Anexo VII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita

2015

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF



TRIBUTU	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
11000000 - RECEITA TRIBUTÁRIA	5 - Concessão de isenção em caráter não geral	Concessão de isenção tributária a empresas que instalarem no Distrito Industrial	700.000,00	700.000,00	700.000,00	
1100000000 - Receita Tributária	6 - Alteração de alíquota	Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano	918.184,33	918.184,33	918.184,33	
TOTAL						



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO II /



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Estado de Minas Gerais

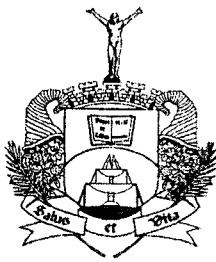
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

Anexo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Carater Continuado

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EVENTO	2015
Aumento Permanente da Receita	
(+) Aumento no tributo ITBI, tendo em vista projeto de Lei a ser encaminhado para aprovação	2.000.000,00
(+) Repasses referentes à convênios	1.000.000,00
(+) Recursos de Origens de Taxas do DMAE	500.000,00
Saldo Final do Aumento Perm. de Receita (I)	3.500.000,00
Redução Permanente das Despesas	
(-) Redução nas despesas oriundas de recursos próprios	1.500.000,00
(-) Anulação de dotações orçamentárias conforme art.43 da Lei 4.	1.000.000,00
Redução Permanente de Despesas (II)	-2.500.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.000.000,00
Saldo Utilizado	
(+)	
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	1.000.000,00



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

LEI COMPLEMENTAR Nº 157 - ANEXO III I

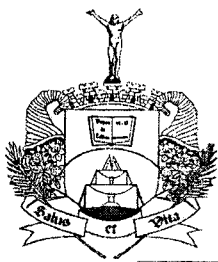


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas
Estado de Minas Gerais
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Anexo de Riscos Fiscais
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2015
Art. 4º, §3º da LRF

PASSIVO CONTINGENTE			
RISCO		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos Contingentes	4.950.000,00	As despesas decorrentes de Passivos contingêntes serão amparadas pela dotação classificada pela Rubrica de Reserva de Contingência	4.950.000,00
SUBTOTAL	4.950.000,00	SUBTOTAL	4.950.000,00
DETA LHE RISCOS FISCAIS			
RISCO		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Eventos Fiscais Imprevistos	2.700.000,00	Eventuais Processos judiciais que venham onerar os cofres públicos, o Município tomara as medidas cabíveis	2.700.000,00
Frustração de arrecadação	2.700.000,00	Possíveis quedas na arrecadação das receitas tributárias por motivos de inadimplência. O Município tomará as medidas no sentido de incrementar a arrecadação.	2.700.000,00
SUBTOTAL	5.400.000,00	SUBTOTAL	5.400.000,00
	10.350.000,00	TOTAL	10.350.000,00

Nota:

Riscos Fiscais: Emergências, calamidade pública, frustrações de arrecadação previstas, despesas planejadas a menor.
Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

VI – IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

PROGRAMA PPA:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

(1) SALDO DISPONÍVEL:

(2) VALOR PREVISTO PARA A DESPESA:

(1-2) SALDO ORÇAMENTÁRIO:

Poços de Caldas, ____ / ____ / ____

Carimbo e Assinatura do Titular da pasta requisitante

Sr. Secretário Municipal da Fazenda,

Solicito avaliar se a despesa a ser criada ou aumentada tem adequação com a LOA e é compatível com a LDO e o PPA, no que se refere às diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Poços de Caldas, ____ / ____ / ____

Carimbo e Assinatura do Titular da pasta requisitante

Sr.(a) Secretário(a) de _____

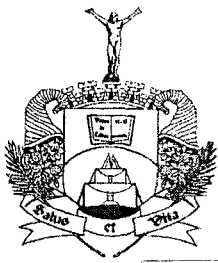
(Titular da pasta requisitante):

1 A despesa criada/aumentada é compatível com LOA/LDO/PPA.

1 A despesa criada/aumentada é incompatível com os instrumentos de planejamento pelos fundamentos apresentados em folha anexa.

Poços de Caldas, ____ / ____ / ____

Carimbo e Assinatura do Titular da pasta da Fazenda

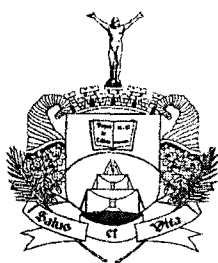


Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

VII – IMPACTO FINANCEIRO

<p>Sr. Secretário Municipal da Fazenda,</p> <p>A Cota Financeira solicitada:</p> <p>Í Foi disponibilizada de acordo com a programação anexa.</p> <p>Í Não foi autorizada por falta de disponibilidade financeira.</p> <p>Poços de Caldas, ____ / ____ / ____</p>	<p>Sr.(a) Secretário(a) de _____ (Titular da pasta requisitante):</p> <p>Após análise, informo que a nova ação governamental:</p> <p>Í Poderá ser realizada a correspondente despesa obrigatória de caráter continuado, conforme manifestação abaixo detalhada.</p> <p>Í Não poderá ser realizada face à impossibilidade de disponibilização da correspondente cota financeira.</p> <p>Poços de Caldas, ____ / ____ / ____</p>
<p>_____ Carimbo e Assinatura do Titular do Departamento de Programação e Orçamento</p>	<p>_____ Carimbo e Assinatura do Titular da pasta da Fazenda</p>



Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

VIII – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Valores referentes aos cargos criados			
Categoria Funcional	(A) Quantidade	(B) Vencimento Unitário Mensal	(C= A x B) Vencimento Total Mensal
Totais (D)			
Valor do Acréscimo Mensal (E)			
Valor do Acréscimo Anual (F) $F = E \times 12$			

IX – ESTIMATIVA DAS DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DO INÍCIO DA VIGÊNCIA E OS DOIS SUBSEQUENTES

PARCELAS	EXERCÍCIO 1	EXERCÍCIO 2	EXERCÍCIO 3
a) Vencimento			
b) 13º Salário			
c) Férias			
d) Encargos Sociais			
e) Auxílio Alimentação			
Total			

X – DISCRIMINAÇÃO DOS DADOS DA ESTIMATIVA

a) Vencimentos/Salários:
b) 13º Salário:
c) Férias:
d) Encargos Sociais
e) Auxílio Alimentação

Poços de Caldas,de.....de.....

Carimbo e Assinatura